



11º ENCONTRO ABCP

Associação Brasileira de Ciência Política

AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas

AS INSTITUIÇÕES CONTAM: O VOTO DAS DEPUTADAS FEDERAIS NO PLENÁRIO DA CÂMARA NO GOVERNO TEMER (2016-2017)

Geissa Cristina Franco

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Diogo Tavares de Miranda Ferreira

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Maiane Aldlin Bittencourt

Centro Universitário Internacional (UNINTER)

Curitiba - 31 de julho de 2018 a 03 de agosto de 2018.

AS INSTITUIÇÕES CONTAM: O VOTO DAS DEPUTADAS FEDERAIS NO PLENÁRIO DA CÂMARA NO GOVERNO TEMER (2016-2017)

RESUMO: O objetivo geral da presente pesquisa é avaliar a disciplina partidária das deputadas federais nos projetos enviados pelo poder Executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017. Assim os objetivos específicos são: i) analisar e avaliar a votação nominal das deputadas no recorte temporal definido; e, ii) verificar se as deputadas apresentaram considerável autonomia em relação aos partidos. Dessa maneira, questiona-se nessa pesquisa: em que medida as deputadas federais foram disciplinadas aos seus partidos nas votações dos projetos enviados pelo poder executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017? Qual o grau de congruência das deputadas federais aos projetos enviados pelo executivo? H1: *Assim como Lovenduski e Norris (2001) perceberam que as parlamentares britânicas seguem fielmente seus partidos, entre os anos 2016 e 2017 acredita-se que as deputadas federais foram disciplinadas aos seus partidos nas votações pelo governo Temer.* A pesquisa foi de cunho empírico e de método quantitativo, ao utilizar a técnica da análise das votações nominais das proposições enviadas pelo Governo Temer (2016 – 2017). Utilizou-se um *Application Programming Interface (API)* para a obtenção dos dados, cuja fonte é o portal on-line da Câmara dos Deputados. Desse modo, a fim de tornar-se mensurável a questão da disciplina partidária utilizou-se o Índice de Fidelidade a Posição do Líder do Partido apresentado por Limongi (1999). Um dos resultados encontrados é que tanto deputadas federais de partidos da base do governo como deputadas federais oposicionistas são fiéis a indicação do partido nos projetos enviados pelo Executivo em boa parte das vezes, sendo as oposicionistas mais fiéis a indicação do líder do partido (95% das vezes) enquanto as situacionistas seguem o partido em 89% das votações.

Palavras-chaves: Deputadas Federais; Disciplina Partidária; Processo Decisório; Atividade Parlamentar.

Introdução

A presença feminina no legislativo federal brasileiro teve sua origem na década de 30, período em que as mulheres também obtiveram o direito ao voto no governo do Getúlio Vargas. Da década de 30 até a última eleição para a Câmara dos deputados houve um aumento substancial no número de deputadas federais eleitas (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Entre 1932 a 1963 apenas 4 mulheres conseguiram ser eleitas deputadas federais. Enquanto que das eleições de 1963 até 1983, 22 mulheres foram eleitas deputadas federais. O que se percebe é que em um recorte temporal de 50 anos, apenas 26 mulheres foram eleitas deputadas federais. O número aumenta de forma significativa apenas na eleição de 1986 na qual 29 deputadas foram eleitas deputadas federais (AZEVEDO; RABAT, 2011).

A 55ª legislatura (2015-2018), contou com 53 deputadas federais eleitas, sendo um recorde no número de mulheres eleitas para a Câmara Federal. Na legislatura (2011-2014), 52 mulheres tornaram-se deputadas federais enquanto que na legislatura (2007-2010) 46 mulheres se tornaram parlamentares. Na legislatura (2003-2006) 52 deputadas foram eleitas para a Câmara Federal (AZEVEDO; RABAT, 2011). Nota-se um aumento no número de parlamentares eleitas em uma sequência temporal, e também uma estabilização no número de deputadas eleitas no início do século XXI.

Atualmente em alguns estudos da Ciência Política as deputadas federais são objetos de pesquisas, visto que é necessário compreender as atividades exercidas pelas mulheres que conseguem chegar nas instituições políticas. Daniela Rezende (2017) estuda em um trabalho a atuação das mulheres como presidentes e vice-presidentes de Comissões de *hard politics*, *middle politics* e *soft politics*. Elisabete Busanello e Malena Rehbein (2017) estudam o perfil prosopográfico das mulheres que chegam a ser presidente e vice-presidente de comissões. Carla Almeida, Lígia Lückmann e Ednaldo Ribeiro (2012) apresentam se as deputadas federais eleitas atuavam com associativismo antes de serem eleitas.

Estudos sobre a atuação de mulheres que foram eleitas mostram quais obstáculos que as mesmas enfrentam ao entrarem nas instituições que historicamente foram e são majoritariamente masculinas. Pois, as regras institucionais parecem repelir uma atuação mais ativa das parlamentares como aponta Norris (1996).

Assim, a presente pesquisa tem o intuito de avaliar a disciplina partidária das deputadas federais nos projetos enviados pelo poder Executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017. Dessa maneira, questiona-se em que medida as deputadas federais foram disciplinadas aos seus partidos nas votações dos projetos enviados pelo poder executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017? Qual o grau de congruência das deputadas federais aos projetos enviados pelo executivo?

Há um consenso na teoria feminista de que a participação e a entrada da mulher na política institucional por meio dos cargos eletivos, trariam atitudes voltadas aos interesses das

mulheres (Pankhurt, 1936). No entanto, para Lovenduski e Norris (2001), as atitudes voltadas aos interesses das mulheres são condições necessárias, mas não suficientes para afirmar que na posição de legisladoras, elas representarão os interesses de gênero. Isso ocorre devido aos constrangimentos causados pelas regras não formais e formais do jogo político, ao qual a teoria do neoinstitucionalismo na Ciência Política aborda como decisiva no comportamento da parlamentar (MARCH; OLSEN, 2008). Dessa maneira, sugere-se que o partido é uma variável relevante como um previsor de atitudes no caso brasileiro.

O trabalho conta com dois objetivos específicos: i) analisar e avaliar a votação nominal das deputadas no recorte temporal definido; e, ii) verificar se as deputadas apresentaram considerável autonomia em relação aos partidos.

H1: Assim como Lovenduski e Norris (2003) perceberam que as parlamentares britânicas seguem fielmente seus partidos em boa parte das temáticas das votações, em que se percebe que os partidos funcionam como um “sistema de chicote” contra as parlamentares que não aderem a indicação do líder nas principais votações, entre os anos 2016 e 2017, acredita-se que as deputadas federais foram disciplinadas aos seus partidos nas votações dos projetos enviados pelo governo Temer. Uma vez que a variável partido é significativa para explicar a votação das deputadas nesse recorte temporal nos projetos enviados pelo Executivo.

Lovenduski e Norris (2001) apresentam 3 técnicas para verificar se gênero pode ser utilizada como variável independente para explicar a atuação da mulher na política, são elas: (i) os votos legislativos nas atas e minutas dos deputados e deputadas, (ii) os papéis e atividades dos(as) membros(as) do parlamento nos debates, e, (iii) as atitudes culturais e valores ideológicos dos políticos (NORRIS; LOVENDUSKI, 2001; p. 89). Nota-se que nessa pesquisa optou-se pela primeira forma de análise.

Ainda para a autora a disciplina partidária funciona como um chicote para as mulheres. Norris (1997) cita que pelo menos 2/3 das deputadas eleitas em Westminster em 1997 consideravam-se feministas, o que não foi suficiente para articulação de uma voz distinta das mulheres no parlamento.

Por sua vez, o trabalho foi dividido em 5 seções. A primeira seção apresentou uma análise teórica de como as mulheres parlamentares atuam quando estão inseridas nas instituições políticas, assim como os percalços encontrados. Encontra-se nessa seção também o que é disciplina partidária e coesão partidária, e a definição do Índice de Fidelidade a Posição do Líder do Partido apresentado por Limongi (1999), utilizado nessa pesquisa.

A segunda seção demonstra a técnica da coleta de dados realizadas através do raspamento no site da Câmara Federal, bem como a técnica empregada para análise dos dados. O corpus da pesquisa é apresentado nessa parte, assim como a quantidade dos diferentes tipos de projetos enviados pelo poder Executivo.

A discussão dos dados foi realizada na terceira seção na qual exibiu os dados encontrados sobre o Índice de Congruência das deputadas ao governo - a disciplina partidária das mesmas. Na quarta seção se avalia os dados encontrados, realizando uma discussão com as teorias da ciência política sobre gênero e fidelidade partidária, aderência ao governo.

Após a conclusão encontra-se presente um apêndice onde há a informação do grau de congruência e disciplina parlamentar das 50 parlamentares em relação aos projetos enviados pelo Poder Executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017.

1. A importância da disciplina partidária para a atuação das Deputadas Federais

Essa seção do trabalho tem como objetivo apresentar como a literatura de ciência política apresenta a participação das mulheres ocupantes de cargos políticos. Por isso se buscou entender como o gênero feminino enquanto uma caracterização da mulher influencia em sua atuação na política e na sua inserção dentro dos cargos de decisão. Procurou-se também nessa seção compreender o que a literatura compreende como disciplina partidária, na medida em que esse trabalho pretende avaliar o grau de disciplina partidária das deputadas federais nos projetos enviados pelo Executivo nos anos 2016 e 2017.

1.1. A mulher no processo decisório

Uma agenda de estudos na Ciência Política é a participação e representação das mulheres na política. Entende-se nessa linha de pesquisa, trabalhos que apresentam à fase anterior a entrada das mulheres nos espaços institucionais de poder; como o processo de eleição; a atuação no associativismo; a construção social no que se refere ser 'mulher' dificultando o engajamento político das mulheres pela carga de trabalho excessiva e a falta de reconhecimento do espaço político como feminino; o recrutamento dos partidos políticos. O foco nessa abordagem é compreender as motivações que levam a sub-representação feminina (MANSBRIDGE, 1999).

Outra abordagem encontrada se refere a mulher já inserida no espaço de poder, ou seja, aquela que conseguiu ter êxito no processo eleitoral e passa a ocupar os espaços institucionais políticos. Nessas pesquisas o foco é entender o desempenho das mulheres, e qual a influência que elas possuem ou não na política (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003).

A presente pesquisa foca na atuação das deputadas federais que compõem a 55ª legislatura da Câmara Federal correspondente ao ano de 2015 a 2018. Por isso, o trabalho se insere na segunda abordagem da pesquisa de gênero na ciência política.

O primeiro ponto que se deve apresentar sobre as mulheres na política, é compreender o que se entende aqui por mulheres. Caracteriza-se a mulher pelo seu gênero, que é compreendido como uma construção social e cultural, na qual historicamente definiu o papel

que as mulheres tinham que era a de donas de casa, esposas e filhas. (CARVALHO, 2004). O direito ao voto concedido as mulheres, bem como a entrada da mulher na política ocupando os espaços de poder rompe com essa visão. Quando as mulheres passam a ocupar espaços até então ocupados apenas por homens, ocorre uma mudança gradual no que se refere a caracterização do gênero feminino (SCOTT, 1990).

O gênero é uma construção social e cultural na visão de Scott (1990) e por isso a caracterização do gênero feminino se modifica com o tempo, já que as mulheres ocupam os espaços públicos, tendo como exemplo as deputadas federais que em 1933¹ adentram um ambiente até então composto apenas por homens.

As deputadas federais representam a participação política de um grupo minoritário, que são as mulheres. O aumento no número de mulheres no parlamento significa um aumento na participação das mulheres. Mas não necessariamente o fato de mulheres ocuparem espaços de poder é sinônimo de representação política, pois o grupo de mulheres é amplo como aponta Norris (1996).

As mulheres escolhidas como representantes não podem representar todas as mulheres, na medida em que os interesses das mulheres variam muito, mesmo assim estando as mulheres na política, as mesmas refletirão diversas preocupações da sociedade. (NORRIS, 1996).

Outra questão é pensar como as mulheres se sentem ao adentrarem em um ambiente institucional majoritariamente masculino. Para entender esse ponto recorre-se a Teoria do Teto de Vidro, na qual pontua os percalços que as mulheres encontram ao estarem em um ambiente que majoritariamente é masculino (WIRTH, 2001). É uma violência simbólica² menos perceptível, mas tem como consequência o poder de decisão que as mulheres terão ao se encontrarem dentro das instituições políticas.

Sobre essa violência simbólica, por não ocuparem da mesma maneira esses espaços políticos, não possuem o mesmo poder de decisão. As parlamentares encontram dificuldade em ocupar os postos-chaves na Câmara dos Deputados como cargos a presidência e vice-presidência de comissões (BUSANELLO; REHBEIN, 2017).

As mulheres pelo processo de violência simbólica acreditam que não possuem competências para estarem ocupando esses cargos, e isso se reflete no número de vezes

¹ Em 10 de Novembro de 1933 é eleita a primeira deputada federal chamada Carlota de Queirós (AZEVEDO; RABAT, 2011). Carlota de Queirós foi uma médica e teve sua jornada na política iniciada durante o período da Revolução Constituinte. Em um discurso proferido por ela, a mesma disse: "(...)cabe-me a honra, com a minha simples presença aqui, de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil – o da colaboração feminina para a história do país". (QUEIRÓS *apud* AZEVEDO; RABAT, 2011, p.52)

² O espaço público foi historicamente ocupado por homens, as mulheres ao adentarem esses espaços sofrem violências simbólicas, devido a caracterização do gênero feminino entendido como aquele que ocupa apenas o espaço privado (BOURDIEU, 2012).

que as mulheres estiveram como presidentes de comissões de *hard politics*³ e de *middle politics* nas quais estiveram apenas uma vez em 3 legislaturas estudadas (53ª, 54ª, 55ª). No que se refere a presidência das *soft politics*, as deputadas foram presidentes em quase todas as comissões (BUSANELLO; REHBEIN, 2017).

A atuação maior das deputadas em *soft politics* está diretamente relacionada a ideia do que é ser mulher e quais os papéis que a mesma desempenha. Historicamente as mulheres foram compreendidas como as cuidadoras, por isso teriam uma atuação mais colaborativa do que conflitiva na política.

Certas visões teóricas apresentam que atuação das mulheres na política é diferente da realizada pelos homens. Percebe-se que ambição e poder são diretamente relacionadas a forma dos homens atuarem nos espaços de poder, e que as mulheres políticas seriam altruístas e pacíficas. Reflete-se essa forma de ser no campo decisório em que a mulher na arena de decisão não se comportaria de forma competitiva como os homens o fazem (MIGUEL; FEITOSA, 2009). As mulheres têm um estilo político diferente dos homens, por isso tendem a ser mais compassivas, colaborativas e éticas que os homens. (NORRIS, 1996).

A visão do que é ser mulher influencia no estereótipo de como as mesmas agirão dentro dos espaços políticos. Um grupo tão heterogêneo como é o das mulheres não pode ser enquadrado em apenas uma forma de agir dentro dos espaços políticos institucionais. Essas percepções não levam em conta o quanto as mulheres se masculinizam para estarem nos cargos de poder e serem representadas e poderem participar das decisões políticas (MIGUEL; FEITOSA, 2009). A ideia de que mulheres são compassivas e éticas são frutos de estereótipos que devem mais ser contestados do que reforçados (NORRIS, 1996).

O fato das mulheres ocuparem a presidência de comissões de *soft politics* e poucas vezes estarem ocupando o mesmo cargo nas *hard politics* e *middle politics* como apresentado por Busanello e Rehbein (2017) parece estar relacionado a falta de preparo das mesmas para estarem nesses cargos (Rezende, 2017).

Poucas mulheres fazem parte da elite partidária e não se encontra presente capacitação política e formação de lideranças partidárias. Além disso não há reservas de vagas para mulheres em órgão de decisão dentro dos partidos e as campanhas das mulheres têm pouco financiamento (REZENDE, 2017).

O partido político enquanto uma instituição é importante para a atuação das

³ Utilizar-se-á aqui a definição de Miguel e Biroli (2009) sobre o que são *Hard Politics*, *Middle Politics* e *Soft Politics*. Na visão dos autores *Hard Politics* são os assuntos de relações exteriores, defesa, reforma política e legislação eleitoral, administração pública, política brasileira, corrupção, política econômica e tributária. Política industrial, agricultura, violência e segurança pública, reforma agrária, questões internas do Congresso e questões de infraestrutura como transportes e telecomunicação. *Middle Politics* são emprego, trabalho e formação profissional, ciência e tecnologia, funcionalismo público, comunicação social, propriedade intelectual, previdência social, questões religiosas, homenagens e comemorações em geral. As *Soft Politics* são saúde pública e saneamento, habitação, direitos humanos, questões sociais como pobreza, fome e desigualdade, meio ambiente, direitos do consumidor, meio ambiente, família, direitos reprodutivos etc (MIGUEL; BIROLI, 2009).

parlamentares e para o grau de decisão que elas possam vir a possuir. As mulheres podem entrar na política com diferentes metas, mas deve-se lembrar que as instituições são fortemente constrangedoras e restringem, por isso um indivíduo pode desafiar a agenda política dominante sem ser politicamente marginalizado. Por isso, não podemos pensar que as mulheres terão comportamentos diferentes dos homens. Elas têm pouco espaço para a independência devido a disciplina partidária (NORRIS, 1996).

Norris apresenta que a disciplina partidária é um grande inibidor da atuação das mulheres na política, funcionando como um preditor de atitudes (NORRIS, 1996). Na Inglaterra os parlamentares são controlados profundamente pelos partidos, e o que se observa é que não há diferença entre homens e mulheres nas medidas de: economia de livre mercado, valores morais tradicionais, integração europeia (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003).

Em questões de autonomia da mulher há uma diferença de atitudes entre homens e mulheres de cada partido. Com outras variáveis sociais como idade, educação e renda persistem essas diferenças entre homens e mulheres de diferentes partidos. Essa conclusão mostra por que é em que condições as mulheres podem trazer importantes consequências importantes, na medida em que a agenda de mulheres é produzida em maior grau pelas mulheres (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003).

O presente artigo busca compreender até que ponto a disciplina partidária determina a votação das mulheres nos projetos enviados pelo poder executivo. Por isso, é importante compreender o que a literatura de processo legislativo entende como disciplina partidária. Com a pesquisa de Lovenduski e Norris (2003) e Norris (1996) observou-se a importância do partido político por meio da disciplina partidária enquanto inibidor na forma de atuar das parlamentares. A pergunta que fica é: no Brasil a realidade é a mesma no período 2016 e 2017?

A disciplina partidária pode receber a nomenclatura de unidade partidária. Os dois termos referem-se “à proporção que os membros de um partido votam do mesmo modo em votações nominais polêmicas (*highly contested roll calls*)” (MAINWARING; LIÑAN, 1998, p. 108). Os autores entendem que os membros do partido são disciplinados quando votam da mesma maneira nas votações polêmicas⁴.

Tsebelis (1995) aponta que a disciplina partidária se refere ao quanto um determinado partido consegue controlar os votos dos seus membros. Se um partido consegue controlar o voto dos seus parlamentares, ele é disciplinado. É por meio de estratégias produzidas no interior dos partidos políticos que os parlamentares se tornam mais disciplinados através das

⁴ Os autores entendem como votações polêmicas aquelas em que no mínimo 25% dos parlamentares votam contra a decisão final (MAINWARING; LIÑAN, 1998). No trabalho de Nicolau (1999, p.4) o autor exclui da análise de votação as proposições “em que o lado majoritário obteve pelo menos 90% dos votos, tendo seguido o que o Limongi e Argelina (1995) haviam proposto. A decisão do que são votações polêmicas ou não depende da análise do autor do artigo.

recompensas e das punições que os partidos oferecem aos seus membros (GIANNETTI; LAVER, 2008). Norris (1996) aponta as punições que as parlamentares mulheres inglesas enfrentam caso se posicionem contra seus partidos, diminuindo assim o poder de criação da agenda das próprias mulheres no parlamento britânico.

Outro termo importante que se relaciona com a disciplina partidária se refere a coesão partidária que é entendida como “à similaridade de preferencias entre os membros do grupo, da capacidade de trabalharem juntos para obterem os seus objetivos” (PEREIRA NEIVA, 2011, p.291).

As votações nominais não são suficientes para dizer sobre a forma como os parlamentares se comportam, mas mesmo assim a disciplina partidária é relevante uma vez que indicam o quão forte são partidos, de que maneira esses partidos se relacionam com o poder Executivo, e se o Executivo precisará em cada votação negociar ou não com os parlamentares ou se ele poderá agir de forma decisiva (PEREIRA NEIVA, 2011).

O fato de que o partido ser ou não disciplinado influencia tanto regimes parlamentaristas como regimes presidencialistas. No presidencialismo, caso haja partidos indisciplinados, o presidente do país terá dificuldade em conseguir formar bases mais estáveis, visto que mesmo que o líder do partido entre em um acordo com o presidente, não necessariamente isso significa que o partido votará da maneira como o líder do partido deseja. Se os partidos são indisciplinados o presidente terá que negociar com cada membro do partido, já se o partido é disciplinado o presidente terá o trabalho de negociar apenas com o líder do partido (MAINWARING; LIÑAN, 1998).

Os padrões de representação têm uma relação direta com a disciplina partidária, pois se há disciplina partidária, isso quer dizer que os partidos são os que representam o povo, se há indisciplinada partidária o que se nota é que os parlamentares representam a população e não mais os partidos representam a população (CONVERSE; PIERSE, 1979).

As análises das votações podem sofrer críticas de pesquisadores já não se analisa todas as votações, se seleciona apenas as votações em que os parlamentares se posicionaram abertamente (CARRUBA *et alli*, 2006 apud NEIVA, 2011). Apesar de não abranger todas as votações há um número alto de votações em que é possível identificar o voto de cada parlamentar (NICOLAU, 1999).

Também é apresentado como crítica que o fato dos parlamentares se posicionarem da mesma forma não necessariamente quer dizer que seja por indicação do líder, pode acontecer deles se posicionarem da mesma maneira pelo posicionamento ideológico semelhante entre eles, do fato dos seus eleitores se posicionarem de maneira semelhante e os parlamentares agirem de maneira semelhante nas votações devido a isso (AMES, 2003).

Os casos que possuem votação nominal sempre são nas Emendas a Constituição e Lei Complementar. No primeiro caso é necessário possuir um quórum de 308 parlamentares

para serem votados, no segundo um quórum de 257. No que se refere a Lei Ordinária, Medida Provisória e Requerimento a votação é nominal apenas nos casos em que ao menos 31 deputado(a)s solicitam verificação. Para que se vota uma lei ordinária é necessária a presença de 129 deputados (as), no segundo e terceiro caso 257 (NICOLAU, 1999).

Para avaliar a votação final, os índices mais utilizados são o de Rice e Coesão Partidária. Quando é necessário saber o voto de cada parlamentar se emprega o índice de lealdade e o índice de fidelidade à posição do líder partidário (NICOLAU, 1999). O trabalho utilizará o último índice apresentado. No Índice de fidelidade a posição do partido:

(...) é calculado para cada votação, dividindo-se o total de deputados de cada partido que votaram conforme a indicação do líder, pelo total dos deputados desse partido que compareceram (ou sobre o total da bancada). O *índice de fidelidade à posição do líder do partido* é utilizado por Figueiredo e Limongi (1999:11) (NICOLAU, 1999, p. 7).

O Índice de Rice também foi utilizado nessa pesquisa. Sobre esse índice,

é calculado simplesmente subtraindo o percentual majoritário do lado minoritário de um determinado partido em uma determinada votação. Por exemplo, em uma votação em que 70% dos deputados de um partido votaram de um modo, e 30% de outro, o *índice de Rice* seria igual a 40 (70-30). (NICOLAU, 1999, p.7).

Após apresentar como a literatura de ciência política percebe a participação e representação da mulher na política, e uma abordagem concisa do que é a disciplina partidária, realizar-se-á na próxima seção uma análise empírica de como votam as deputadas federais nos projetos enviados pelo Executivo entre 2016 e 2017. Por isso, será apresentado a técnica de coleta de dados e como será feita a técnica de análise de dados para então serem realizadas as análises dos dados encontrados.

2. Metodologia

Para testar nossa hipótese sobre o comportamento parlamentar das deputadas durante o governo Temer, foram analisadas as deputadas federais brasileiras na 55ª Legislatura, em um recorte temporal específico (2016-2017). A adesão ao governo e a disciplina partidária é observada pela votação da parlamentar de acordo com a indicação da liderança de governo, assim como de acordo com a liderança do partido. Mediante a realidade do processo legislativo brasileiro, nem todas as matérias contam como votações nominais, ainda, como esta pesquisa pretende analisar quantitativamente a adesão das parlamentares ao governo, as proposições selecionadas correspondem aos seguintes critérios: (i) Matérias de autoria do Poder Executivo durante o governo Temer, iniciadas após o cumprimento do afastamento temporário da presidenta afastada de 90 dias, a partir de agosto de 2016; (ii) as matérias que não foram analisadas mediante votação simbólica, ou seja, aquelas que de alguma forma foram objeto de votação nominal no Plenário da Câmara dos Deputados.

Em geral, o processo legislativo brasileiro conta com uma certa complexidade no trâmite de suas matérias, em sua maioria as votações nominais versam sobre requerimentos procedimentais como votações de artigos e termos específicos os “destaques”, nem todas as proposições são fáceis de identificar suas votações finais como as Propostas de Emenda a constituição (PEC) na qual essa tem como referência as “Votações em 2º Turno”, ou as Medidas Provisórias (MPV) onde se votam os “Projetos de Lei de Conversão” (PLV). Assim mediante os requerimentos procedimentais para análise do conflito para Projeto de Leis (PLs), inclui-se: (i) Substitutivo global; (ii) Emenda aglutinativa; (iii) Requerimento de votação em globo dos destaques; (iv) destaques; (v) Requerimento de votação nominal; e (vi) Requerimento de retirada de pauta.

Foram analisadas o total de 54 matérias, cuja as espécies legislativas contam com Medidas Provisórias (MPV), Propostas de Emendas a Constituição (PEC), Projeto de Lei (PL); Projeto de Lei Complementar (PLP); a tabela 1 especifica quantitativamente a frequência de cada peça legislativa na análise:

Tabela 1: Descrição quantitativa das matérias analisadas

Espécie Legislativa	N
MPV	29
PL	11
PEC	8
PLP	6
Total	54

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados

A população desta pesquisa corresponde deputadas e deputados federais da 55ª Legislatura da Câmara, que legislaram no período pós-impeachment (2016-2017), totalizando 507 deputados, nos quais foram excluídos suplentes, e parlamentares afastados (as), e com recorte de gênero de 53 parlamentares mulheres nas quais 50 estão em exercício na Câmara, totalizando assim 24 639 votos em plenário em proposições de autoria do Poder Executivo.

Como fonte de dados para esta pesquisa e análise de votações nominais das matérias no período proposto, estas foram acessadas através de uma *Application Programming Interface (API)* na página de dados abertos da Câmara dos Deputados⁵, assim, como os dados de votação são extremamente numerosos e pesados para arquivamento, a Câmara não disponibiliza dados completos para Download, sendo necessário a extração por etapas.

⁵ <http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos/>

Para saber mais sobre este processo de informatização da coleta de dados sugerimos a leitura de (BAPTISTA Et. Al, 2014).

A fim de tornar mensurável os dados sobre disciplina partidária e coesão ao governo, a princípio utilizamos alguns cálculos, taxas e índices como o *Índice de Rice*, e o *Índice de lealdade ao líder do partido*, *Índice de congruência* (NICOLAU, 2000); (MAINWARING; LIÑAN, 1998). O índice de fidelidade ao líder do partido corresponde a relação de votos do parlamentar realizado de acordo com a indicação do líder do partido ou do bloco em sessão plenário. O Índice de Congruência ou de adesão ao governo, correspondem a relação de votos dos deputados que correspondem a indicação da liderança do governo no plenário da câmara.

Na próxima seção serão apresentados os dados sobre disciplina partidária e grau de congruência das parlamentares em relação aos projetos enviados pelo presidente Michel Temer.

3. Resultados

Foram coletados os dados sobre a disciplina partidária e também sobre a adesão das parlamentares aos projetos enviados pelo Governo Federal. Observando o quanto as mulheres e os homens aderiram ao governo em 2016-2017, ou seja, a porcentagem de adesão ao governo é visto que os deputados homens aderiam mais ao governo Temer do que as deputadas mulheres como é visto na Tabela 2.

Tabela 2- Índice de congruência – Adesão ao governo

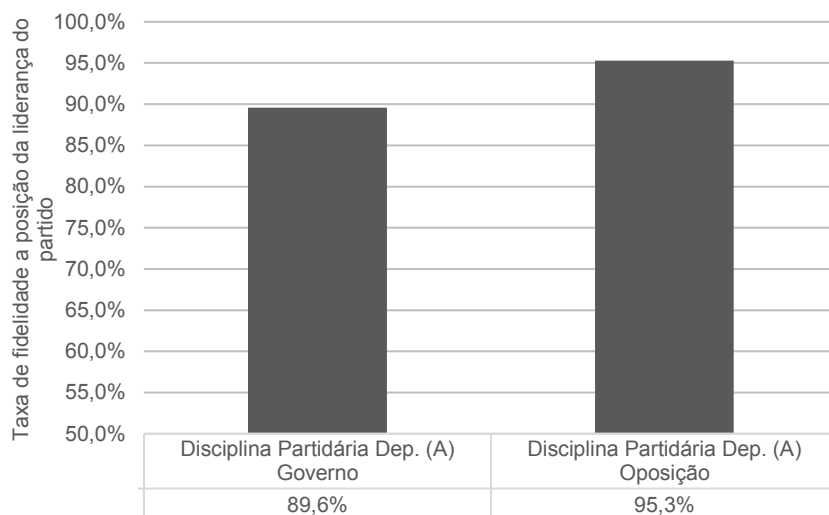
Adesão ao governo Temer	
0,74	
Adesão ao governo por gênero	
Dep. homens	0,78
Dep. mulheres	0,64

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Sobre a disciplina partidária das deputadas federais. Avaliou-se as deputadas federais cujo o partido político está na base do governo, e as que o partido político são de oposição ao governo Temer. Os dados mostram que as deputadas federais situacionistas são menos disciplinadas aos partidos políticos que as oposicionistas, visto que as situacionistas seguem o líder de partido em 89,6% das votações voltadas aos projetos enviados pelo Executivo, e as oposicionistas seguem o partido em 95,3% dos casos. Tanto as deputadas oposicionistas

quanto as situacionistas seguem predominantemente o líder do partido, mas há uma diferença maior que 5% entre as oposicionistas e as situacionistas como é apresentado no gráfico 1.

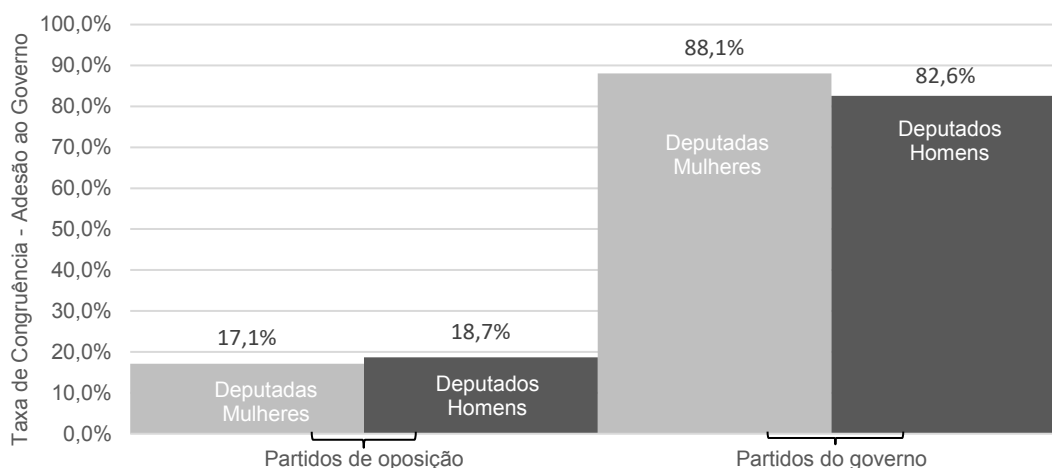
Gráfico 1. Adesão das Deputadas Federais mulheres a posição da liderança do partido



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Avaliando a adesão dos deputados e deputadas ao governo Temer de acordo com a separação situacionistas e oposicionistas, nota-se que os homens oposicionistas aderem um pouco mais ao governo Temer do que as mulheres oposicionistas. Não se encontrou uma porcentagem tão diferente entre homens e mulheres oposicionistas em aderirem a agenda do Poder Executivo. Já entre os deputados e as deputadas situacionistas, as mulheres aderiram mais ao governo Temer que os homens, visto que elas aderiram em quase 88% das votações dos projetos enviados pelo Executivo, e eles em 82% dos projetos como é visto no gráfico 2.

Gráfico 2. Taxa de congruência- diferenças por gênero e situação x oposição:



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Em relação a congruência, a adesão ao governo temer outro dado que acreditamos ser relevante, é a análise do cálculo do conflito com mediante o recorte dos temas das proposições, conforme podemos observar na Tabela 3:

Tabela 3 – Adesão das deputadas federais as temáticas dos projetos enviados pelo Executivo.

Temática da Proposição	Índice de Congruência-Adesão ao Governo
Administração Pública	0,74
Agricultura	0,71
Comunicações	0,43
Educação	0,56
Política Econômica	0,71
Política Fundiária	0,56
Previdência/Assistência Social/ Trabalho	0,57
Segurança Pública	1
Sistema Financeiro	0,67
Tributação	0,63
Proposições sem temas especificados	0,80
Índice de adesão Dep. Mulheres	0,64

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Sobre as temáticas das proposições legislativas enviadas pelo Governo Temer, como proposto por esse estudo, vemos que em que algumas temáticas não geram conflito de preferências entre as deputadas mulheres, tanto opositoras quanto situacionistas aderiram a posição do governo em temas como a Segurança Pública, no entanto temas como Comunicações e Educação, seguidos de Política Fundiária e assistência social, mostram uma menor adesão por parte das deputadas mulheres a indicação do líder do governo.

4. Análise e discussão dos dados

Os dados apresentados se referem a disciplina partidária e ao quanto as deputadas federais aderem ou não aos projetos enviados pelo poder Executivo. Percebeu-se que as deputadas federais em comparação aos deputados homens aderiram menos aos projetos enviados pelo Executivo.

Não é possível fazer uma correlação direta entre ser mulher e apoiar menos a agenda Temer por ser mulher apenas com esses dados, mas pode-se dizer que há uma diferença razoável entre a porcentagem de deputados homens que apoiaram a agenda enviada pelo

presidente do que a quantidade de mulheres, já que em 78% das vezes os homens aderiram aos projetos enviados pelo poder Executivo e as mulheres em 64% do tempo.

Analisando que boa parte das parlamentares fazem parte do grupo situacionista do governo, e apenas 12 deputadas de 50 serem oposicionistas, o dado de 64% das vezes elas não aderirem ao governo Temer é curioso, visto que possivelmente elas não seguiram a posição do partido em certas votações (36% das votações), podendo sofrer as consequências desse ato como é apresentado por Lovenduski e Norris (2003).

Outra questão importante é que as deputadas federais que mais são disciplinadas aos partidos são as dos partidos oposicionistas ao governo. Interessante notar que os partidos da oposição são o PDT, PT, PSOL e PCdoB, REDE, PMB (partidos de esquerda). Não é possível afirmar com um recorte temporal de apenas 2 anos que mulheres de partidos de esquerda são mais disciplinadas que mulheres de partido de direita, ou seja, que há uma relação causal ideológica.

No entanto, é possível verificar que há menos mulheres nos partidos de oposição (12 mulheres nos partidos de oposição) do que há de mulheres nos partidos situacionistas (38 mulheres), e por isso pode-se dizer que é mais fácil o partido controlar como votarão essas mulheres, especialmente em votações mais importantes, pois o número de parlamentares é mais baixo.

As deputadas dos partidos do governo têm maior congruência com o governo que os deputados homens do partido do governo. É interessante notar que mesmo o governo Temer ter sido considerado um governo que não buscou em sua composição ministerial uma maior igualdade de gênero⁶ e sofrer críticas pelas declarações feitas no Dia Internacional da Mulher⁷, parece não afetar a forma como as deputadas da base do partido votam, parece que a variável institucional atua na forma como as deputadas federais votam, estando mais congruentes com o governo Temer nos projetos enviados pelo Executivo que os próprios deputados homens.

Seria necessária uma análise qualitativa dos projetos enviados pelo poder Executivo para apreciação da Câmara Federal para saber se o fator institucional é maior que o fator de gênero, pois apenas ao avaliar como as deputadas votam em projetos que afetam as mulheres se poderia argumentar que a instituição está acima da pauta de gênero para as deputadas. Todavia, o partido parece ser um fator de grande relevância na votação das deputadas,

⁶ Na matéria apresentada pela Gazeta do Povo no dia 12/05/2016, pela jornalista Kelli Kadanus, mostra que a composição ministerial inicial não havia nenhum nome de uma mulher para ser ministra. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pela-primeira-vez-em-37-anos-ministerio-nao-tera-mulheres-c9b59phya7wbbfyf3jpgs5jk6> Acessado em: 18/06/2018.

⁷ Reportagem do pragmatismo no dia 10/03/2017. O discurso do Presidente no Dia Internacional da Mulher foi criticado por veículos internacionais como o New York Times, El País. O presidente associa a importância da mulher apenas ao cuidado do lar. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-vira-piada-internacional.html> Acessado em: 18/06/2018.

especialmente em uma gestão de governo que se mostra contraditória em suas declarações no entendimento do que considera como o papel da mulher na sociedade.

Por fim, a temática de temas em que as deputadas federais aderem mais o governo são Administração Pública, Política Econômica, Segurança Pública, Agricultura. De acordo com Miguel e Biroli (2009) se referem a temas de *hard politics*, em que a literatura apresenta que as mulheres têm menor participação na produção legislativa, execução de projetos nessa área e estão em menor presença nas presidências das comissões como foi apresentado na seção 1 do trabalho (REZENDE, 2017).

No entanto, no tema de educação as deputadas aderem 0,56 sendo mais baixo que a maioria dos outros temas. A educação é considerada pela literatura como *soft politic*, em que as deputadas participam mais das discussões, com uma maior atuação parlamentar. É interessante o dado que no tema educação enviado pelo executivo as parlamentares tiveram menor aderência, pois talvez pelo fato delas terem mais contato com as *soft politics*, elas não aceitem tão facilmente os projetos enviados pelo Executivo.

5. Conclusão

A presente pesquisa tinha como pergunta descobrir em que medida o partido determinou a forma como as deputadas federais votaram nos projetos enviados pelo Governo Temer? Pelos resultados encontrados observou-se que tanto as deputadas federais da base do governo como as deputadas da oposição têm uma taxa de disciplina partidária alta, acima de 85%. E que as deputadas da oposição (12 deputadas) que correspondem ao PT, PDT, PCdoB, PSOL, PMN, REDE são mais disciplinadas que as deputadas da base.

A H1 referente as deputadas federais serem fiéis aos seus partidos nas votações enviadas pelo poder executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017 foram confirmadas pelos dados, e pode-se fazer uma relação levando em conta as diferenças entre o presidencialismo brasileiro e o parlamentarismo inglês que assim como as parlamentares britânicas sofrem influências dos seus respectivos partidos, no caso específico da pesquisa presente o mesmo também ocorreu.

Futuras sugestões de pesquisa seriam trabalhos voltados a analisar em um recorte temporal mais amplo a influência partidária na atuação parlamentar de deputadas federais e estaduais ou mesmo vereadoras, visto que muito se debate a necessidade de participação da mulher na política, e pouco se apresenta os percalços institucionais que as mulheres enfrentam ao estarem no ambiente institucional político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla.; LÜCHMANN, Lígia.; RIBEIRO, Bernardo. **Associativismo e representação feminina no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, no8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.

AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress". **Journal of Politics**, vol. 57, nº 2, maio, pp. 324-343, 1995.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno (orgs). **Palavra de mulher: oito décadas do direito do voto**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, Brasília, janeiro e julho, 2011, pp. 193- 216. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Do original "Conférence: le champ politique", publicado no livro *Propos sur le champ politique*. Direitos autorais concedidos pela Presses Universitaires de Lyon. Traduzido por André Villalobos.

BUSANELLO, Elisabete; REHBEIN, Malena. **AS DEPUTADAS FEDERAIS NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: QUEM SÃO ELAS E COMO CHEGARAM LÁ?** E-legis, Brasília, n. 23, p. 106-132, maio/ago. 2017.

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO – CSBC. XXXIV, 2014, Brasília. **Uma ferramenta para analisar mudanças na coesão entre parlamentares nas votações nominais**. BAPTISTA, Vitor. BRITO, Fernando. BRASILEIRO, Jansepetrus. DUARTE, Alexandre. N. BEZERRA. Edu. P. ALMEIRA, Filipe. LIMA, Patrícia. GUIMARÃES, Samara. P. 219- 224, 2014.

CONVERSE, Philip E; PIERCE, Roy. Representative Roles and Legislative Behavior in France. **Legislative Studies Quarterly**, vol.4, November, p- 525-562.

GIANNETTI, Daniela e LAVER, Michael. (2008), "Party Cohesion, Party Discipline and Party Factions in Italy", in D. Giannetti e K. Benoit (orgs.), **Intra-Party Politics and Coalition Governments**. New York, Routledge, pp. 146-168.

LOVENDUSKI, J; NORRIS, P. Westminster women: the politics of presence. **Political Studies**, 51(1), 84-102. 2003.

MAINWARING, Scott; LIÑAN, Aníbal Pérez. Disciplina Partidária: O caso da constituinte. Lua Nova, n.44, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados**. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 52, n. 1, 2009.

NICOLAU, Jairo Marcone. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). 99 GT0624. **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 21 de outubro de 1999.

NORRIS, Pippa. Women Politicians: Transforming Westminster? *Parliamentary Affairs*, Volume 49, Issue 1, 1 January 1996, Pag 89–102.

PEREIRA NEIVA, Pedro Robson. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, vol.54, n.2, 2011. p, 289-318.

REZENDE, Daniela Leandro. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados**. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro/dezembro, 2017.

TSEBELIS, George. (1995), "Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism, and Multipartism". *British Journal of Political Science*, vol. 25, pp. 289-325.

WIRTH, Linda. **Breaking through the glass ceiling: women in management**. Geneva: International Labour Office, 2001.

Apêndices

Tabela 4 – índices individuais das Deputadas Federais por ordem alfabética

Deputadas Federais	Partido	índice de disciplina partidária	índice de congruência - Adesão ao governo
Alice Portugal	PCdoB	1	0,09
Ana Perugini	PT	0,97	0,06
Benedita da Silva	PT	1	0,13
Bruna Furlan	PSDB	1	1
Brunny	PR	1	0,96
Carmen Zanotto	PPS	0,93	0,84
Christiane Yared	PR	0,83	0,79
Clarissa Garotinho	PR	0,75	0,75
Conceição Sampaio	PP	0,79	0,81
Cristiane Brasil	PTB	0,95	1
Dâmina Pereira	PSL	0,86	0,81
Dulce Miranda	PMDB	0,91	0,91
Elcione Barbalho	PMDB	1	1
Eliziane Gama	PPS	0,89	0,77
Erika Kokay	PT	0,98	0,13
Flávia Moraes	PDT	0,85	0,41
Geovania de Sá	PSDB	0,78	0,75
Gorete Pereira	PR	0,90	0,94
Iracema Portella	PP	1	1
Jô Moraes	PCdoB	1	0,07
Júlia Marinho	PSC	0,95	0,92
Jandira Feghali	PCdoB	1	0,08
Jéssica Sales	PMDB	0,87	0,87
Josi Araújo	Podemos	0,92	0,96
Keiko Ota	PSB	0,87	0,73
Laura Carneiro	PMDB	0,81	0,81

Leandre	PV	0,89	0,81
Luciana Santos	PCdoB	1	0,08
Luiza Erundina	PSOL	0,98	0,09
Luizianne Lins	PT	1	0,00
Magda Mofatto	PR	0,97	0,93
Mara Gabrilli	PSDB	0,93	0,89
Maria do Rosário	PT	1	0,16
Maria Helena	PSB	0,86	0,89
Mariana Carvalho	PSDB	0,88	0,88
Marinha Raupp	PMDB	0,89	0,89
Norma Ayub	DEM	0,96	0,96
Professora Dorinha	DEM	0,82	0,84
Professora Marcivania	PCdoB	1	0,11
Raquel Muniz	PSD	0,97	0,97
Renata Abreu	Podemos	0,96	0,96
Shéridan	PSDB	1	0,95
Simone Morgado	PMDB	0,81	0,81
Soraya Santos	PMDB	1	1
Tereza Cristina	PSB	0,92	1
Tia Eron	PRB	1	1
Yeda Crusius	PSDB	1	0,96
Zenaide Maia	PR	0,18	0,20
Resultado Geral %		89,0%	63,80%

PÔSTER

As instituições contam: o voto das deputadas federais no Plenário da Câmara no Governo Temer (2016-2017)

11 ENCONTRO ABCP

Curitiba – julho de 2018.



Autora: Geissa Cristina Franco **Instituição:** UFPR
Email: geissa_franco@hotmail.com
Co-autor: Diogo Tavares de Miranda Ferreira **Instituição:** UFPR
Email: di_2712@hotmail.com
Co-autora: Maiane Aldin Bittencourt **Instituição:** Centro Universitário UNINTER **Email:** maiane.ctba@gmail.com

Palavras-chave:

Deputadas Federais; Disciplina Partidária; Processo Decisório; Atividade Parlamentar.

Apresentação / Problema / Justificativa

Estudos sobre a atuação de mulheres que foram eleitas mostram quais obstáculos que as mesmas enfrentam ao entrarem nas instituições que historicamente foram e são majoritariamente masculinas, bem como de que forma atuam essas parlamentares eleitas. As regras institucionais parecem repelir uma atuação mais ativa das parlamentares como aponta Norris (1996). Assim, a presente pesquisa tem o intuito de avaliar a disciplina partidária das deputadas federais nos projetos enviados pelo poder Executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017. Dessa maneira, questiona-se em que medida as deputadas federais foram disciplinadas aos seus partidos nas votações dos projetos enviados pelo poder executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017? Qual o grau de congruência das deputadas federais aos projetos enviados pelo executivo? Estudos sobre a atuação parlamentar das deputadas federais apresentam como as regras institucionais são variáveis importantes para mensurar as atividades e posicionamento das mulheres inseridas na política. É necessário aprofundar o debate sobre a participação das mulheres na política.

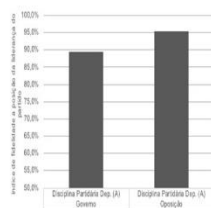
Resultados

Tabela 2- Índice de congruência – Adesão ao governo

Adesão ao governo Temer	
	0,74
Adesão ao governo por gênero	
Dep. homens	0,78
Dep. mulheres	0,64

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Gráfico 1. Adesão das Deputadas Federais mulheres a posição da liderança do partido



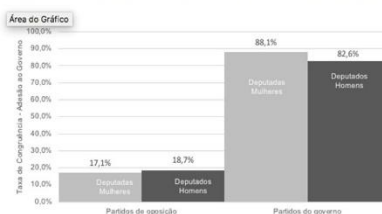
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 3 – Adesão das deputadas federais as temáticas dos projetos enviados pelo Executivo.

Temática da Proposição	Índice de Congruência-Adesão ao Governo
Administração Pública	0,74
Agricultura	0,71
Comunicações	0,63
Educação	0,56
Política Econômica	0,71
Política Fundiária	0,96
Previdência/Assistência Social	0,57
Tributação	1
Segurança Pública	0,87
Sistema Financeiro	0,63
Trabalho	0,63
Proposições sem temas específicos	0,80
Índice de adesão Dep. Mulheres	0,64

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Gráfico 2. Taxa de congruência- diferenças por gênero e situação x oposição:



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Tabela 4: Descrição quantitativa das matérias analisadas

Espécie Legislativa	N
MPV	29
PL	11
PEC	8
PLP	6
Total	54

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Conclusões

Pelos resultados encontrados observou-se que tanto as deputadas federais da base do governo como as deputadas da oposição têm uma taxa de disciplina partidária alta, acima de 85%. E que as deputadas da oposição (12 deputadas) que correspondem ao PT, PDT, PCdoB, PSOL, PMN, REDE são mais disciplinadas que as deputadas da base. A H1 referente as deputadas federais serem fiéis aos seus partidos nas votações enviadas pelo poder executivo entre agosto de 2016 a dezembro de 2017 foram confirmadas pelo dados, e pode-se fazer uma relação levando em conta as diferenças entre o presidencialismo brasileiro e o parlamentarismo inglês que assim como as parlamentares britânicas sofrem influências dos seus respectivos partidos, no caso específico da pesquisa presente o mesmo também ocorreu. Futuras sugestões de pesquisa seriam trabalhos voltados a analisar em um recorte temporal mais amplo a influência partidária na atuação parlamentar de deputadas federais e estaduais, visto que muito se debate a necessidade de participação da mulher na política e pouco se apresenta os percalços institucionais que as mulheres enfrentam ao estarem no ambiente institucional político.

Referência

NORRIS, Pippa. Women Politicians: Transforming Westminster? *Parliamentary Affairs*, Volume 49, Issue 1, 1 January 1996, Pag 89–102.

